



OS SENTIDOS DO TRABALHO PROTEGIDO PARA OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Elisabeth Pereira¹
Mara Marçal Sales²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo geral compreender o significado do trabalho protegido para um grupo de jovens que vive em situação de vulnerabilidade social. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa. Foram entrevistados seis sujeitos, participantes de um Programa que forma e encaminha os jovens para o mercado de trabalho e a gerente deste Programa, para um melhor entendimento de suas bases de funcionamento. O recurso utilizado para tratar as informações coletadas foi o sistema de análise categorial, proposto pela análise de conteúdo. Constatou-se a importância do trabalho por razões diversas e que a ele estão associadas mudanças positivas e realização de planos e projetos de futuro. Percebeu-se que os motivos da inserção destes jovens no mercado de trabalho foram variados e distintos, podendo-se citar o desejo de autonomia, de crescimento, de aprendizado, a satisfação de necessidades básicas e acesso a bens de consumo. Foi possível compreender que a entrada e permanência dos jovens no mercado de trabalho e o sentido que eles atribuem à atividade laboral sofrem influência do contexto familiar. Foram detectados desafios relacionados ao trabalho como a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo e a incerteza do aproveitamento das habilidades adquiridas com as atividades atuais numa futura inserção no mercado de trabalho. Constatou-se a relevância do Programa pesquisado, porém ele atende a uma demanda pouco expressiva da população jovem de Belo Horizonte. Além disto, ele carece de estudos e ferramentas estratégicas internas que facilitem sua gestão e possam contribuir para suas ações e resultados. Observou-se, ainda, que pesquisas que considerem as dimensões do jovem como ator social ainda são necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Trabalho protegido; Vulnerabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um grande desafio para a sociedade atual. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o mundo está vivendo a pior crise de emprego jovem. Entre 2007 e 2011, o número de jovens desempregados aumentou em 4 milhões em nível mundial. Em 2011, quatro de cada dez desempregados eram jovens, o que pode ser considerado uma tragédia econômica e social (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012). No Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego aponta que o desemprego juvenil apresenta suas particularidades e, mesmo em contextos de crescimento econômico, permanece mais elevado em relação ao desemprego

¹ Psicóloga graduada pela PUC Minas/São Gabriel.

² Professora Adjunta IV do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/São Gabriel. Mestre em Psicologia e Doutora em Educação pela UFMG.

dos adultos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2011).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Ainda segundo o IBGE, a população jovem do país constitui-se como um público alvo de uma gama de estratégias necessárias e/ou intencionais voltadas exclusivamente para este grupo expressivo de consumidores. Assim, entende-se que a juventude é um grupo social atuante economicamente e com características específicas de inserção no mundo do trabalho diferentes de outros grupos sociais (FERNANDES, 2008).

Diante das desigualdades sociais que permeiam nossa sociedade, o trabalho – como atividade fortemente articulada à formação e transformação das identidades dos sujeitos – se apresenta, algumas vezes, como um problema em especial na vida dos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. Estes, muitas vezes, a ele não têm acesso, mas dele dependem para mudar a posição social em que se encontram, minimizando as diferenças e discriminações sofridas.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa originada a partir da participação de uma das autoras em um estágio em um Programa de formação para o trabalho de uma instituição ligada aos serviços de Política de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). O objetivo geral da investigação buscou compreender o significado do trabalho protegido para um grupo de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. Dentre os objetivos específicos procurou-se: a) analisar a importância do trabalho na vida dos jovens e as motivações que os levaram ao mercado laboral; b) compreender as bases de funcionamento do Programa pesquisado; c) verificar os planos e projetos de futuro deste grupo de jovens atendidos pelo Programa.

1.1 O Trabalho Protegido

De acordo com Ribeiro (2012), o Programa Trabalho Protegido objetiva a formação do jovem trabalhador, assegurando seu direito à profissionalização e proteção no trabalho, tal qual previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com particular atenção ao acesso e permanência na escola, assim como o acompanhamento de sua situação escolar e a implicação da família como referência para o processo educacional.

A autora ressalta que, após longo período de exploração de crianças e adolescentes

pela prática da escravidão, surgiram, no século XX, várias leis para proteger o trabalho de jovens e adolescentes. A constituição de 1988 (art. 7º, XXXIII - Emenda Constitucional n. 20 de 15-12-1998), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - art. 403 - Lei n. 10.097 de 19-12-2000 e art. 413) e o ECA (art. 67, IV) tratam de suas condições de trabalho. De acordo com essas leis é permitido que o jovem – entre 14 e 16 anos – trabalhe na condição de aprendiz. A partir dos 16 anos – até os 18 anos – o trabalho é consentido na modalidade de trabalhador ou aprendiz, desde que não seja noturno, insalubre, perigoso ou penoso. O jovem trabalhador de 16 anos desfruta dos direitos trabalhistas previstos na CLT, sob circunstâncias especiais: as férias devem coincidir com o descanso escolar e a prorrogação da jornada de trabalho só pode abranger até duas horas por dia, desde que não atrapalhe a assiduidade escolar e conste em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Ribeiro (2012) salienta que os programas sociais que tornam viável a inserção dos jovens no mercado de trabalho não fomentam o trabalho precoce, já que os critérios para inclusão – idade, carga horária, condição de trabalho – não ferem a legislação. Eles são também considerados protetivos por assegurarem os direitos trabalhistas previstos em lei.

1.2 Juventude, Vulnerabilidade Social e Trabalho

Entende-se que o tema juventude é dotado de variações, particularidades e complexidades e sua análise ocorre sob diversas perspectivas, sendo alvo de debates recorrentes. Assim, apontamos aqui a multiplicidade de olhares que este enseja.

Guimarães (2005) salienta que os conceitos criados socialmente para jovens e adultos possuem variações em seus limites etários. Assim, a juventude pode ser definida e analisada de várias formas e sob diversos aspectos. De acordo com León (2009), a noção de juventude adquiriu incontáveis significados: serve tanto para designar um estado de espírito quanto para qualificar o que é novo e atual, chegando a ser considerada como um valor em si. Oliveira (2011) menciona que uma das razões para que a juventude seja compreendida dessa forma, refere-se ao acréscimo indeterminado de tempo que lhe é atribuído. Porém, para León (2009), a faixa etária por si só não é suficiente para analisar adolescência e juventude, mas ressalta que ela é necessária para o estabelecimento de algumas delimitações básicas.

Silva Júnior (2011) enfatiza que tem sido comum o uso do termo juventudes para indicar a pluralização da juventude, como um meio de admitir a variedade de coletivos juvenis com identidades múltiplas. Todavia, vale mencionar que, para o autor, tal opção pode trazer alguns problemas na análise, pois:

Como efeito disso, os jovens passaram a ser identificados como plurais, considerados em suas diferenças individuais e condições de vida distintas, o que na nossa percepção esconde e mascara contextos sociais complexos que produzem relações de desigualdade. O elogio à diversidade dos jovens impede no nosso caso a reflexão sobre as hierarquias de geração e de classe social, que na perspectiva das juventudes seriam vivências múltiplas e difíceis de serem abordadas em termos de um problema analítico. Nesse sentido, é preciso estar atento ao nível de crítica presente na utilização dessas concepções de juventude, pois elas podem estar produzindo invisibilidades em nome do elogio à pluralidade (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 20-21).

Camarano e outros (2004) ressaltam que as representações sobre juventude geralmente são ambíguas. Ao mesmo tempo em que a sociedade considera os jovens como agentes de transformação social, também os toma de forma negativa, como problemas sociais. Léon (2009) alerta para o fato de que tomar a juventude como processo de transição para a vida adulta implica no risco de assumir um conceito depreciativo sobre os jovens, considerando-os como sujeitos incompletos, o que pode resultar numa negação de suas singularidades no presente. Implica também em assumir que este sujeito está por se completar, porém, não existe um limite claro entre a juventude e a adultícia, ou seja, não se sabe exatamente o que torna alguém adulto de fato.

É preciso, pois, que se analise o indivíduo na complexidade de suas dimensões – para além das representações sociais idealizadas, que foram historicamente construídas – para se compreender o que é ser jovem (CAMARANO et al, 2004).

1.3 Vulnerabilidade social

O termo vulnerabilidade social é multifacetado. Ele é aqui entendido, como para Camarano e outros (2004), como uma exposição potencial maior a riscos de diversas naturezas – sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras – que implicam o enfrentamento de desafios. A multidimensionalidade deste conceito o torna especialmente adequado para compreensão da complexidade de situações, ditas heterogêneas, em que a distribuição social desigual de recursos e oportunidades revela o desfavorecimento de certos estratos sociais (PINTO, 2012).

O sentido aqui adotado equivale ao mencionado por Corrêa e Souza (2011), quando tratam essa categoria como referente à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais. Segundo as autoras, a expressão contempla de modo mais absoluto e completo não somente o fenômeno da pobreza, mas as inúmeras formas de prejuízos sociais. Caracteriza-se por múltiplas modalidades de desvantagens sociais. Segundo Pinto (2012), a discussão em

torno do conceito de vulnerabilidade social tem procurado romper com a unidimensionalidade da renda, tal qual focado pelo conceito de pobreza, expandindo e salientando a relevância de outras dimensões não apenas econômicas.

1.4 Alguns apontamentos sobre trabalho e juventude vulnerabilizada

O trabalho se sobressai, recorrentemente, como um dos assuntos atuais de maior interesse para a juventude brasileira.

Segundo Ribeiro (2012), atuam em Belo Horizonte algumas instituições privadas, sem fins lucrativos, voltadas para programas de inserção de jovens no mercado de trabalho, como por exemplo: a Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM), a Cruz Vermelha e o Centro Salesiano do Menor (CESAM).

Bendassolli e Soboll (2011), citando Barros, apontam para a importância do trabalho como fator de reconhecimento social, de fortalecimento da autoestima, de possibilidade de desenvolvimento material e pessoal. Mas mostram também um uso equivocado do trabalho que aparece nos discursos oficiais e de especialistas, como remédio para todos os males, como mágica que transformaria sujeitos estigmatizados e em situação de vulnerabilidade social, em classes trabalhadoras/civilizadas.

Fernandes (2008) salienta que quando são discutidos temas relacionados à vulnerabilidade social, como violência, desemprego, dificuldade no acesso à educação e serviços de saúde com qualidade, privação de bens e serviços culturais, lazer e esporte, é sempre notável a presença de jovens nos indicadores. Nesse panorama, a juventude representa um grupo com demandas e possibilidades concretas na atualidade e não somente uma promessa de futuro – ou falta dele.

2 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada baseou-se em uma abordagem qualitativa. Nesta perspectiva, considera-se que a realidade provém das interações humanas, depende do contexto histórico, determina as relações e é por ela determinada (CHIZZOTTI, 2001).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Para Minayo (1999), a entrevista pode contribuir para a coleta de dados objetivos e subjetivos ocultos na fala dos sujeitos pesquisados. Foram entrevistados seis jovens (de ambos os sexos) com idade entre 17 e 18 anos, que participaram de um Programa que recebe os jovens oriun-

dos dos programas sociais da Prefeitura, qualifica-os e encaminha-os para o mercado de trabalho. Foi entrevistada também a gerente do Programa. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As informações coletadas foram tratadas através da análise de conteúdo que, para Bardin (2004), tem como finalidade realizar inferências lógicas e justificadas relativas à origem das mensagens analisadas – o emissor e seu contexto ou os efeitos dessas informações. A exploração dos dados se deu a partir da leitura das transcrições, através do sistema de análise categorial. Para Bardin (2004), as categorias são classes que agrupam um conjunto de unidades, em função de sua semelhança, sob um título genérico.

Todos os dados obtidos dos entrevistados foram mantidos em sigilo e os nomes utilizados para identificá-los são fictícios, conforme estabelecido pelo termo de consentimento livre e esclarecido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização dos entrevistados e do Programa

Abaixo são apresentadas as características gerais dos jovens entrevistados:

Quadro 1 – Caracterização dos jovens entrevistados

Nome fictício	Idade (anos)	Escolaridade	Tempo no Programa
Isabel	18	3º Ano Ensino Médio	10 meses
Stela	18	3º Ano Ensino Médio	02 anos e 05 meses
Lucas	18	1º Ano Ensino Médio	01 ano
Elton	18	1º Ano Ensino Médio	02 anos
Juliane	17	2º Ano Ensino Médio	01 ano e 01 mês
Rosana	18	3º Ano Ensino Médio	05 meses

Fonte: Dados da pesquisa.

Como já informado, além dos jovens, foi também entrevistada uma gerente da instituição - Vanessa, que é coordenadora do Programa e está na entidade há 15 anos.

O Programa pesquisado foi criado em 2010 e baseou-se na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), na CLT, no ECA e na Lei da Aprendizagem. Ele atende jovens pertencentes às áreas de alto risco social de Belo Horizonte, encaminhados pelos programas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social³ e pelos projetos internos da própria associação, denominados Programas de Origem. Ele já chegou a atender 510 jovens, porém

³ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Liberdade Assistida (LA), Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Apoio à Reintegração Familiar (SARF) e Abrigos, são alguns desses programas.

hoje, são 300 participantes em decorrência do redirecionamento de recursos promovidos pela Prefeitura.

O objetivo geral do Programa é “promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos jovens, através de sua integração ao mercado de trabalho” (RIBEIRO, 2012, p. 130). A idade para inclusão no Programa é a partir de 16 anos e o contrato de trabalho tem vigência prevista de dois anos.

Ribeiro (2012) destaca que o Programa se diferencia dos demais ofertados em Belo Horizonte, devido ao fato de o jovem só ter acesso a ele através dos programas da política de assistência social do município. Assim, o seu público tem um percurso de vida diferenciado, sendo na maioria das vezes, marcado por situações de vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal, com dificuldades de inclusão em outros programas disponíveis na cidade, cujos critérios restringem a sua inserção. Esta particularidade do projeto é destacada pela gerente entrevistada, quando ela menciona que o Programa investe no jovem com “dificuldades escolares e até cognitivas”.

Para melhor compreensão do processo de inserção no Programa, detalham-se aqui as etapas que compõem sua metodologia, segundo Ribeiro (2012): 1) recebimento prévio das fichas encaminhadas pelos Programas de Origem; 2) entrevista com os jovens – sem caráter avaliativo, com o objetivo de conhecer brevemente seu perfil; 3) seleção dos jovens – priorizando o público considerado mais vulnerável⁴ – e capacitação de aproximadamente dois meses, na qual são tratados temas voltados para juventude, cidadania e trabalho; 4) encaminhamento do jovem para o trabalho após avaliação dos educadores e técnicos em relação ao seu interesse, comprometimento, maturidade frente ao mundo do trabalho, número de faltas, participação e comportamento nas aulas. É importante salientar que o posto de trabalho para o qual o jovem é destinado é definido de acordo com as habilidades e dificuldades demonstradas durante a formação teórica, pois há uma variação no nível de exigência dependendo do setor e das funções a serem desempenhadas. Estes postos localizam-se em empresas que estabelecem convênios com o Programa; 5) acompanhamento contínuo dos jovens desde a formação teórica até seu desligamento. Ribeiro (2012) menciona que este acompanhamento socioeducativo e a intervenção com o jovem são feitos de forma participativa e integrada e envolvem: um técnico da instituição, um orientador social (pessoa de referência do jovem no setor de trabalho), um técnico do Programa de Origem e a família. Porém, a gerente entrevistada, relata que a pouca implicação/participação de alguns desses

⁴ Público considerado em maior vulnerabilidade de acordo com Ribeiro (2012): jovens em Medida de Proteção; jovens em Medida Socioeducativa; jovens assistidos pelos demais serviços da associação.

atores torna-se um dos desafios nesse acompanhamento. Além disso, o Programa funciona, algumas vezes, desarticulado da rede socioassistencial.

Faz-se necessário ressaltar que, apesar do acompanhamento realizado pela organização, alguns jovens não completam os dois anos de contrato de trabalho. Segundo a gerente entrevistada, não há um controle formal do número, mas ela acredita que a desistência se deve à “situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social” do público atendido pelo Programa. Nesse sentido, Ribeiro (2012), alerta para o fato de que um indicador dos motivos de desistência, hoje inexistente, seria um instrumento de avaliação de extrema importância para a gestão do Programa e para os técnicos que fazem o acompanhamento dos jovens.

E, por fim, é importante acrescentar que a instituição não tem nenhuma metodologia de desligamento e inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. De acordo com a gerente entrevistada, alguns jovens são absorvidos pelos convênios onde trabalham. Porém, essa contratação não depende e nem é influenciada pela associação. Ela ocorre, única e exclusivamente por interesse e iniciativa das empresas conveniadas.

3.2 Trabalho remunerado: importância e motivos de sua busca

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu relatório “Trabalho Decente e Juventude” (Constanzi, 2009), aponta que, comumente, a entrada da maioria dos jovens brasileiros no mercado de trabalho se dá de forma precária, o que dificulta a construção de trajetórias de trabalho decente. Altas taxas de desemprego, informalidade e baixos níveis de rendimento e proteção social revelam essa dificuldade.

Porém, para Silva Júnior (2011), apesar de vários estudos mencionarem que no Brasil crianças e jovens trabalham e que os jovens são os mais atingidos pelo desemprego, poucos autores se voltam para uma reflexão sobre os determinantes que impeliram estes sujeitos ao mundo do trabalho, onde se deparam, em muitas circunstâncias, com condições aviltantes e inseguras de exercício. Segundo o autor, o processo de construção de sentidos sobre o trabalho se dá na relação entre o mundo interno e externo, entre questões particulares e sociais que estão presentes no dia-a-dia do jovem. Ele entende que a compreensão dos possíveis determinantes da relação juventude e trabalho não nos permite aceitar como óbvia e linear esta relação, uma vez que componentes de diversas ordens estão implicados nessa dinâmica.

Nessa pesquisa, os motivos que levaram os jovens entrevistados a se inserirem no mercado de trabalho remunerado mostraram-se diversos:

3.2.1 Aspectos financeiros: da participação na renda familiar ao acesso a bens de consumo

A questão financeira é um dos elementos que atravessa a vida destes sujeitos de maneira significativa e influencia em sua inserção no mundo profissional e na importância que atribuem ao trabalho. O depoimento abaixo expressa isto:

[...] uma necessidade pro meu viver, pra me manter. É muito importante... devido à minha situação financeira. (Rosana).

Percebe-se que a questão financeira é muito relevante para os jovens pesquisados, pois é sempre o primeiro elemento a ser mencionado nos depoimentos. Silva Junior recorre a Bourdieu para destacar que as camadas pobres da população se inserem no mercado de trabalho acreditando que a obtenção de “capital econômico” – que, para Bourdieu, “corresponde ao montante de capital manipulado nas práticas culturais, que vai determinar o espaço ocupado pelo agente no espaço social” (SILVA JUNIOR, 2011, p. 40) – se transformará em capital cultural e fonte de prestígio social. Segundo o autor, é nesse cenário que a profissionalização e a inserção no mundo do trabalho surgem como alternativas supervalorizadas pelas classes populares.

Por outro lado, Mesquita (2011) cita Castro e outros que afirmam que a baixa remuneração que os postos de trabalho ofertam aos jovens dificulta a emancipação financeira e o acesso aos bens culturais tidos pela sociedade como característicos da juventude. O depoimento abaixo confirma a afirmação do autor:

Primeiro eu junto minhas contas todas. Vou, pago todo mundo, aí o que sobra, eu guardo, saio com minha namorada... Só que ultimamente não tá sobrando nem pra sair com ela não! (Elton).

Nesse sentido, Oliveira e Robazzi (2001) apontam que, de modo geral, os salários dos adultos das famílias em situação de vulnerabilidade social são tão baixos, que todos os membros são levados a colaborar com as necessidades básicas.

A maior parte dos jovens contribui ou já contribuiu com as despesas da casa – apesar de não serem necessariamente responsáveis por elas – além de utilizar o salário para aquisição de coisas pessoais:

[...] eu separava pra passagem da escola, pra algumas coisas, tipo higiene pessoal. Aí, pra poder ajudar em casa, acho que eu pagava a conta de luz e às vezes a comida acabava e não tinha como eu não ajudar, porque além de eu não querer passar fome eu não ia ver o pessoal passando fome e eu com dinheiro. Aí mesmo que era...

[apesar] que eu achava que era uma obrigação dos meus pais fazer isso [...] quando dava eu ajudava. (Isabel).

Em meio a bombardeios midiáticos, a juventude quer entrar na lógica capitalista que a chama a consumir para ter acesso a bens de consumo e padrões de comportamento que definem a marca do jovem urbano (SARTI, 2003):

Porque eu gostava de muita coisa cara. [...] era assim: ah eu quero um tênis um Nike Shock. Nike Shock é R\$500,00. Ou então eu quero um Mizuno...R\$700,00. Tem até de R\$1000,00. Aí minha mãe não tinha condições de me dar. Aí eu tinha que trabalhar pra comprar o que eu queria.. Foi isso que me fez começar a trabalhar cedo assim. (Elton).

De fato, segundo Fernandes (2008) muitos estudos tratam da importância simbólica do consumo para a sociedade, e em especial para a juventude. A autora cita Costa para ressaltar que comprar é uma ação econômica com implicações sociais. Segundo ele, o simples fato de adquirir uma mercadoria já é um indicativo de quem somos no contexto social. Assim, a autora ressalta que nas sociedades nas quais o que se privilegia é o valor de ter poder, seja pela aparência, seja pelo dinheiro ou pelos bens de consumo, os jovens irão valorizar o acesso a bens simbólicos e materiais.

3.2.2 Aspectos de aprendizagem e crescimento pessoal

Mesquita (2011) cita estudo recente da OIT que indica que muitos jovens brasileiros se inserem no mercado de trabalho por desejo de autonomia, independência financeira, crescimento profissional e pessoal ou com o intuito de buscar a construção de sua identidade. Nesse sentido, a relevância do trabalho na contribuição do desenvolvimento dos jovens apareceu na fala de uma entrevistada:

Eu acho que começando a trabalhar aqui me ajudou a desenvolver bastante coisa! E acabar se profissionalizando, pra depois que eu sair daqui, em outro ramo. Antes eu era bastante tímida. Agora, eu acho que eu desenvolvi mais. O pensamento da gente já é outro. (Stela).

Os sentidos de crescimento, aprendizado e qualificação profissional também foram atribuídos ao trabalho na fala destas jovens:

É bom ter uma profissão também, né? E o aprendizado... pra mim ter alguma coisa assim, vamos dizer, ser realizada nessa parte que eu tô trabalhando também. (Juliane).

Um sentido de aprendizado, uma qualificação tanto profissional, tanto uma qualificação pessoal. (Rosana).

Todos os jovens entrevistados relataram que perceberam transformações em suas vidas depois que começaram a trabalhar. A aquisição de responsabilidade e compromisso foi a alteração mais citada por eles:

Quando você fica parado você pensa um bocado de palhaçada, um bocado de coisa assim que não agrada. Aí você trabalhando e estudando você pensa em outras coisas totalmente diferentes. Você começa a criar responsabilidade. (Elton).

Eu acho que é mais compromisso. Mais compromisso comigo e com os outros também. Acho que eu desenvolvi mais porque eu não tinha compromisso com nada, pra mim era ganhar dinheiro, dar um pouco e gastar o resto. (Stela).

A mudança na vida através do aprendizado, desenvolvimento e experiência que o trabalho promove também foi mencionada. Uma das jovens entrevistadas percebe que o trabalho lhe proporcionou mudanças e aprendizados nos mais diversos aspectos de sua vida:

Nossa eu aprendi coisa demais! Principalmente em respeitar o próximo. Em aceitar as diferenças. Aprendi o nosso valor na sociedade. [...] É porque eu acho que quando a pessoa trabalha e estuda ela tem um valor social maior, aí eu aprendi isso. [Aprendi] a desenvolver tarefas, por exemplo, como eu digitava, aí eu aprendi a ler melhor. Digitar ofício, acho que foi muito importante, porque com certeza, qualquer trabalho que eu for fazer vai precisar de alguma comunicação escrita e eu não sabia nada. (Isabel).

Percebe-se nos discursos apresentados pelos jovens que as atividades que realizam são enaltecidas e consideradas como muito abrangentes. Há também a atribuição de uma valorização moral ao trabalho. Para Fernandes (2008), o papel do trabalho na sociedade atual ultrapassa a simples troca de força de trabalho por salário, pois expressa o lugar do indivíduo na sociedade. O trabalho tem função social e simbólica, que vai além da tarefa de suprir as necessidades individuais básicas.

Porém, apesar do reconhecimento do possível aprendizado trazido pelo trabalho, a fala de alguns dos jovens que participaram da pesquisa indica certa dificuldade em conciliar estudo e a atividade laboral. Eles disseram que se fosse possível escolher não trabalhariam e que prefeririam estudar:

Oh, se eu fosse escolher, escolher, escolher, não [estaria trabalhando]. Eu acho que, querendo ou não, quando você trabalha e estuda, compromete muito seu estudo, devido ao cansaço, ao tempo mesmo. Eu acho que atrapalha. Quando eu não trabalhava minhas notas eram melhores. (Rosana).

3.2.3 Aspectos familiares

Segundo Alves-Mazzotti (2002), o sentido atribuído ao trabalho infanto-juvenil, pelas classes trabalhadoras, está relacionado também às funções familiares de proteção e de preparação dos filhos para o futuro. Para Bendassolli e Soboll (2011), os pais, geralmente, afligem-se quanto ao trabalho dos filhos em um futuro próximo e estão atentos às difíceis variáveis de seu contexto, à precariedade dos empregos e à presença do desemprego. Assim, apesar de ficarem contentes com a conclusão da escolarização de seus filhos, sabem que isso não significa uma qualificação e os incentivam a terem um trabalho. Essa influência familiar na busca pelo trabalho foi citada por alguns jovens:

O que me incentivou mais foi minha avó, porque eu não ia procurar não. De [ela] tanto falar mesmo. Falar que eu tinha de trabalhar de carteira assinada... Tudo foi por causa dela. Se não fosse ela [eu não procuraria]. (Lucas).

É importante, de uma certa forma. Eu acho que tem que trabalhar. As pessoas acham que tem, que todo mundo tem que trabalhar, Então eu trabalho. Meu pai mesmo fala que quem não trabalha é vagabundo. (Isabel).

De acordo com Fernandes (2008), frequentemente as famílias percebem o trabalho com um instrumento relevante de aprendizado e construção do caráter dos jovens, mais até que a educação formal, que nem sempre garantirá as melhores oportunidades na vida. Sarti aponta que “a família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo” (SARTI, 2004, p. 17). Segundo a autora, é na família que os sujeitos vão dar sentido às suas relações e assimilar as experiências vividas.

Todavia, o trabalho também pode significar uma estratégia de fuga dos conflitos existentes em seu meio, conforme nos relata uma jovem:

Pra mim também foi um meio de não ter que ficar muito tempo na minha casa. Porque lá era meio complicado. Muito conflito. Aí era um meio de eu fugir. (Isabel).

Buscar outros referenciais, fora da família, para a construção de sua identidade, é parte do processo de afirmação individual e social dos jovens (SARTI, 2004). Assim, o trabalho pode se apresentar como uma alternativa, ou fuga, para os conflitos existentes no âmbito familiar.

3.2.4 “Prevenção” ou desvinculação da criminalidade

Outro elemento que foi indicado pelos entrevistados em relação aos motivos que os levaram a se inserir no mercado de trabalho diz respeito ao desvio dos caminhos da marginalidade, os quais são invariavelmente associados “à rua”.

Damatta (1983), em sua obra “Carnavais, malandros e heróis”, destaca a oposição que existe entre rua e casa, como uma ferramenta importante para análise da sociedade brasileira. Para ele, enquanto a casa refere-se a um lugar de controle, ordem, serenidade e afeto, a rua remete ao mundo, com seus percalços, desastres e paixões. Indica movimento e desordem. Segundo o autor, se por um lado as regras da casa são de respeito nas relações, na rua o que reina é o engano, a descrença e a malandragem. Assim, a rua diz de um ambiente quase desconhecido, que não pode ser totalmente controlado, habitado por pessoas perigosas como os malandros, os marginais e os espíritos.

Um dos jovens entrevistados relacionou a escolha por estar trabalhando não só como uma forma de se igualar aos seus pares na aquisição de bens de consumo, mas também como prevenção aos perigos da rua:

Eu estaria [trabalhando] porque todo mundo precisa de emprego. Não tem como você ficar lá parado na rua vendo o tempo passar. Você vê uma pessoa chegando com um carro e você lá parado não tem nada. Aí você começa a pensar palhaçada, besteira. Aí tem umas pessoas que é meio misturado pra esse lado de crime, esses trem assim. Aí você vai olhando a pessoa ganhando, comprando roupa e você lá na sua casa que nem um parasita. Você acaba misturando e vai mesmo, porque esse pessoal assim que mexe com essas coisas assim é facinho deles fazer a cabeça dos outros. (Elton)

A preocupação deste jovem em relação ao envolvimento com a criminalidade aparece nos estudos de Alves-Mazzotti (2002), em que ela menciona que os pais, cujas famílias são em sua maioria pobres e vivem em favelas ou bairros de periferia, acreditam que o trabalho é principalmente uma forma de ocupar o tempo ocioso de seus filhos, protegendo-os contra a criminalidade. Neste sentido, Sarti (2003) destaca que, para muitas famílias, manter os jovens fora das ruas é fundamental para que eles não sofram influências negativas e não sejam estigmatizados pela situação social de vulnerabilidade em que se encontram.

Faz-se necessário, contudo, questionar a vinculação natural que muitos atores sociais fazem entre pobreza e criminalidade. Nesse sentido, Silva Júnior (2011) alerta para o fato de que morar em regiões mais pobres favorece o não reconhecimento dos jovens socialmente.

Para o autor, a partir dos principais significados construídos socialmente sobre a juventude pobre, os jovens são definidos pela falta ou por condutas negativas e nocivas.

Silva Junior (2011) salienta ainda que para a juventude das periferias são direcionadas políticas públicas e intervenções que buscam preencher ausências (de todo tipo), controlar a possível violência que o sujeito já carrega em si ou corrigir algo inadequado em seu comportamento. Oliveira (2011), ao citar Sposito e Corrachano, sinaliza que o governo também expressa essa preocupação – presente na sociedade – quanto à possibilidade de os jovens seguirem os caminhos da marginalidade. Para tanto, ele propõe medidas que os ocupem – principalmente através do trabalho – e os impeçam de utilizar de forma inadequada seu tempo vago.

3.3 Trabalho formal e informal: experiência e qualificação

O trabalho não é algo novo na vida dos jovens desta pesquisa. Todos eles relataram já haver trabalhado de forma remunerada nas mais diversas atividades. Porém, a maioria sem carteira assinada – antes de serem inseridos no trabalho protegido – ou seja, de forma irregular, não tendo seus direitos garantidos.

O trabalho formal é mencionado pelos entrevistados, em alguns casos, como forma de qualificação para posterior atuação no mundo do trabalho e também como determinante para escolha da profissão a seguir:

Primeiramente a qualificação. A área que eu quero trabalhar. Me interessei bastante na área pública e pretendo ser uma servidora pública. Acho mudança [na minha vida] porque eu não tinha o que eu queria fazer. Era mais indecisa. (Rosana).

Porém, cabe aqui ressaltar que as tarefas realizadas pelos jovens nem sempre podem cumprir o papel de qualificá-los para o mercado de trabalho, podendo, muitas vezes, o conhecimento e experiência adquiridos não serem aproveitados em outros espaços.

Os jovens geralmente consideram a rotina de trabalho tranquila e alguns dizem não perceber dificuldade na execução de suas atividades, que são, em geral, simples e de cunho administrativo. Elas envolvem frequentemente o atendimento telefônico, a entrega e protocolo de documentos internos e externos, o arquivamento e reprodução de documentos, o atendimento ao público, a recepção e a digitação de documentos. Nessa direção, Silva Junior (2011) ressalta que devem ser pensadas outras saídas para estes jovens, pois eles realizam atividades consideradas simples e mecânicas, ou seja, com menor nível de exigência, sem

muito valor dentro de uma organização. Desta forma, não adquirem conhecimento e experiência necessários para obtenção de um trabalho mais bem remunerado, que possa efetivamente contribuir para uma mobilidade social. Assim, acabam reproduzindo a desigualdade social e perpetuando a pobreza em que frequentemente se encontram.

Porém, a gerente do Programa acredita que os jovens que passam pelo projeto têm mais chance de conseguir um trabalho formal, devido à experiência adquirida. Isto, segundo ela, é confirmado pelos relatos de jovens que saíram do Programa e conseguiram se inserir no mercado de trabalho - resultado do acompanhamento contínuo dos técnicos, educadores e estagiários. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que a ausência de registros e controles formais em relação aos egressos do Programa impossibilita uma avaliação fidedigna da contribuição da instituição para a inserção desses jovens no mercado formal de trabalho.

3.4 As relações no trabalho

Todos os jovens entrevistados disseram ter um bom relacionamento no trabalho. Eles percebem que seus superiores ou colegas de trabalho valorizam as atividades que realizam. E para alguns jovens essa valorização transparece no modo como são tratados pelas pessoas no setor de trabalho:

[...] quando eu faço as coisas, né. Aí todo mundo me agradece, fala que ficou bom, fala que é pra mim continuar assim, que tá bacana. Aí que você vê que seu trabalho é valorizado. (Elton).

O depoimento revela que os jovens entrevistados estabelecem uma ligação linear e simplificadora entre reconhecimento/valorização e a forma de tratamento que recebem.

Os jovens lidam bem com as exigências e regras do trabalho:

Tranquilo. Bem tranquilo. Eu acho que é a exigência de todo local: a postura, a pontualidade, o comprometimento, o bom relacionamento entre as outras pessoas. Acho que é isso (Rosane).

A declaração indica que a obtenção de êxito depende da postura que adotam frente ao que fazem. Perguntados sobre o que consideram importante fazer para serem bem-sucedidos nas atividades que executam, os jovens indicaram:

Ah eu acho que tem que ter muita dedicação. Fazer sempre com boa vontade o que as pessoas pedem. (Isabel).

Eu acho assim que você respeitando os outros e tendo educação, você consegue tudo no seu setor de trabalho. (Elton).

Os depoimentos acima apontam para uma possível responsabilização individual frente ao caminho que percorrem. Todavia, de acordo com Fernandes (2008), o destaque para a ação individual, quando se trata de desenhar trajetórias, não deveria deixar de considerar o peso que as estruturas econômicas, sociais e culturais têm nos percursos juvenis.

Nesse estudo, assim como o que foi identificado por Lachtim e Soares (2011), foram poucas as críticas dos jovens em relação ao modelo de trabalho a que estão submetidos. Ao citar Senett, as autoras esclarecem que, na contemporaneidade, os contextos laborais requerem um trabalhador que possua funções e utilidades diversas, com capacidade de realizar inúmeras atividades em sua jornada de trabalho. Desta forma, para os jovens – que estão se inserindo no mercado de trabalho formal – o empenho em reunir as qualidades necessárias, seria retribuído por uma vaga ou até uma ascensão rápida, desde que o esforço individual e a dedicação fossem intensos.

Lachtim e Soares ressaltam que alguns fatores contribuem para a responsabilização individual do jovem e conseqüente sofrimento em relação às dificuldades do mercado de trabalho. Dentre eles, elas citam a crise estrutural do emprego, que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e a ideologia da “sociedade do conhecimento”, na qual a riqueza está em se ter o “conhecimento útil”, que pode ser difundido para todos. Assim, “o fantasma da necessidade de mais qualificação para resolver o problema da inserção no mercado de trabalho ajuda a mascarar a essência da exploração capitalista, que afeta os jovens” (LACHTIM; SOARES, 2011, p. 287).

3.5 Perspectivas para o futuro e projetos de vida pós-Programa

As perspectivas dos jovens em relação ao futuro passam, segundo os entrevistados, em sua maior parte, pelo estudo e pelo trabalho, como aponta a entrevistada abaixo:

Tentar concurso público. Concluir o terceiro ano. Ano que vem eu pretendo tentar vestibular ou um curso técnico, ou fazer um curso de inglês, depois um de espanhol. (Rosana).

Lachtim e Soares (2011, p. 288) sinalizam que “de forma geral, os jovens veem no fruto do trabalho o sucesso que almejam para suas vidas e de suas famílias”. Assim, de acordo com as autoras, os jovens relacionam o futuro com uma colocação no mercado de trabalho e

estão convictos de que para alcançarem o que almejam precisam ampliar os anos de estudos e a busca por ensino profissionalizante. Porém, as autoras alertam que apesar de essas serem providências exigidas pelo mercado de trabalho, elas não garantem um lugar.

Segnini (2000) considera que os conhecimentos adquiridos pelo sujeito através da família, escola, empresa, etc., somados às habilidades contraídas por ele também socialmente, mais suas características pessoais, subjetivas e sua visão de mundo, formam um conjunto de saberes e habilidades que só terão valor para ele se em determinado momento histórico forem reconhecidos como valor também para o processo produtivo do capital. Desta forma, a autora conclui que o reconhecimento do nível de qualificação do trabalhador pelo mercado de trabalho tem especificidades diversas e pode depender do nível salarial e hierárquico de sua inclusão, se o trabalho é assalariado, terceirizado, temporário ou sem remuneração. Compreende-se, assim, que a qualificação revela relações de poder nos processos produtivos e na sociedade, mas reconhece-se também que escolaridade e formação profissional são condições essenciais, todavia, insuficientes para o desenvolvimento individual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta investigação permitem apontar que, para os jovens entrevistados, o trabalho tem importância por razões diversas e que a ele estão associadas várias mudanças positivas em suas vidas e realização de planos e projetos de futuro.

A pesquisa apontou a relevância do Programa analisado na vida dos jovens pesquisados. Contudo, torna-se necessário mencionar que ele atende a uma demanda pouco expressiva da população jovem de Belo Horizonte. Além do fato de ser importante também questionar, como o faz Silva Júnior (2011) ao citar Mayorga e outros, se esse tipo de política realmente promove a autonomia, conscientização e o protagonismo dos jovens em situação de vulnerabilidade ou se é uma ação estanque – com prazo de validade – que praticamente não resulta em transformações em suas vidas. Todavia, para responder a tal questão seria essencial uma investigação muito mais extensa e abrangente que o presente estudo. É relevante pensar, como o faz Silva Júnior (2011), se as políticas públicas voltadas para a juventude pobre, como um campo de intervenção social, consideram o contexto em que se produz essa desigualdade social. Consta-se que, comumente, o que prevalece ao se elaborar tais políticas é uma representação negativa em relação aos jovens. Eles são então considerados como problema a ser gerido, ou quem tem direito a benefícios por parte do Estado e de outros agentes sociais,

apesar de, antes de qualquer coisa, serem vítimas e os mais afetados pela dinâmica de uma estrutura social perversa que reproduz a exclusão e as diferenças sociais.

O presente estudo não pretendeu encerrar todos os aspectos que essa temática tão abrangente apresenta. Ao contrário, apesar do grande número de estudos a ela relacionados, constata-se que pesquisas que considerem as dimensões do jovem como ator social ainda são necessárias. Nesse sentido, considera-se relevante a continuidade das investigações.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 87-98, abr. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004. 223p.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andréa Pereira (Org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE,SE, 2011. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/ANTDJ.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década.**, Santiago, v. 12, n. 21, dic. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso> acesso em 28 mar. 2013.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164p.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220p Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.
- CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2012.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 272p.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Juventude em transição para o mundo do trabalho**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional** (pp. 149-174). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Jovens_e_trabalho_-_Nadya_Araujo_Guimar%E3es_-_FPA04-rev.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?. **Trabalho educação e saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2012.

LEÓN, Oscar Dávila; Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: CANEZIN, Maria Tereza; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Goiânia: Ed. da UFG, Cânone, 2009.

MESQUITA, Marcos Roberto. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho e o acesso aos direitos trabalhistas no Brasil dos anos 2000**. 2011. 514 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 80p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A crise do emprego jovem: tempo de agir**. Genebra, 2012. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/relat_V_comp_final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emprego Juvenil**. Brasil. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/emprego-juvenil>>. Acesso em: 26 out. 2012.

OLIVEIRA, Régia Cristina. Trabalho adolescente: a experiência de uma ocupação regular. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Brasil, v. 14, n. 1, p. 43-57, jun. 2011. ISSN 1981-0490. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25715>>. Acesso em: 28 out. 2013.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, maio 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2012.

PINTO, Julimar Santos. **Perfis multidimensionais de vulnerabilidade social das juventudes e indicadores sintéticos**. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Maria de Fátima Queiroz. **Os jovens pobres e a política social no Brasil: do trabalho precoce ao trabalho protegido**. 2012. 237f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2012.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2013.

SILVA JÚNIOR, Paulo Roberto. **Juventude pobre e trabalho: as experiências dos jovens que participam de programas de aprendizagem profissional na Região metropolitana de Belo Horizonte**. 2011. 322 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.